

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS: AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA DO MST/RJ

Solidarity economy and short-circuit marketing: Agroecology in the Osvaldo de Oliveira settlement of the MST/RJ

Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano^{a*}, Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley^b

^{a*}Universidade do Grande Rio, gilcimardecavalho@gmail.com, ORCID: 0000-0001-5148-8681

^bUniversidade do Grande Rio, sergio.wanderley@unigranrio.edu.br, ORCID: 0000-0002-9248-5214

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar como se aplica o conceito de economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira, estruturado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A investigação é feita a partir do que informam os assentados(as). Com abordagem qualitativa descritiva, a construção da pesquisa deu-se a partir de observação participante durante convívio com os assentados; elaboração de caderno de campo; além de entrevistas semiestruturadas realizadas com residentes do assentamento. A interpretação do material coletado apoiou-se nas orientações de análise de conteúdo categorial. O estudo é relevante pois, para além da perspectiva dos estudos organizacionais, consiste em dar visibilidade aos pequenos agricultores — por vezes ignorados pela sociedade — que se utilizam de Circuitos Curtos de Comercialização para escoar sua produção; além de contribuir para desvelar o discurso social democrata presente no espaço do assentamento, como sendo local de emancipação do trabalhador rural. Os resultados sugerem que o assentamento propõe uma organização com a práxis da economia solidária, que se caracteriza por uma comunidade gerida coletivamente. As questões de interesse do assentamento relacionadas à organização do trabalho, como por exemplo as questões pedagógicas, são discutidas em assembleias, conforme são regidos os empreendimentos de economia solidária. Como sugestão para futuras pesquisas, apontamos a necessidade de investigação acerca do impacto que o trabalho e a convivência com situações de conflito possam provocar na saúde do trabalhador rural, além do impacto na economia local e também na vida pessoal do agricultor.

Palavras-chave: Autogestão. Organização do trabalho. Reforma Agrária.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate how the concept of solidarity economy is applied in the organization of work in the Osvaldo de Oliveira settlement of the Landless Rural Workers Movement. The investigation is based on what the settlers inform. With a descriptive qualitative approach, the construction of the research corpus was based on participant observation during contact with the settlers, preparation of a field notebook, in addition to semi-structured interviews carried out with residents of the settlement. The interpretation of the collected material was supported by the categorical content analysis guidelines. The study is relevant because, beyond the perspective of organizational studies, it consists of giving visibility to small farmers, sometimes ignored by society, who use Short Circuits of Commercialization to sell their production, in addition to contributing to unveiling, the social discourse present in the space of the settlement, as a place of emancipation of the rural worker. The results suggest that the settlement proposes an organization with the praxis of solidarity economy, which is characterized by a community managed collectively. The issues of interest to the settlement related to the organization of work, for example, are all discussed in assemblies, as the solidarity economy enterprises are governed. As a suggestion for future research, we point out the need to investigate the impact that work and living with conflict situations to which they are subjected can have on the health of rural workers, also the impact on the local economy and in farmer's personal life.

Keywords: Self-management. Work organization. Agrarian reform.

1. INTRODUÇÃO

O campo empírico escolhido para realizar a investigação foi o assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no distrito de Córrego do Ouro no município de Macaé, na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Lá, pude conviver com as famílias assentadas por um período de quinze dias ininterruptos, buscando apreender como elas estabelecem a organização do trabalho coletivo, de acordo com a orientação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com base nas transformações de ordem social, econômica, política e ideológica que ocorreram no mundo do trabalho, nos países capitalistas, o objetivo dessa pesquisa é responder: como se organiza o trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira sob a perspectiva da economia solidária?

Tais transformações podem ser observadas a partir do contexto da execução do trabalho no sistema taylorista-fordista de produtividade, quando se percebe que o mesmo dá sinais de ineficiência na extração da capacidade produtiva do trabalho e seus meios de controle (Antunes, 2009). Partindo dessa perspectiva, o capitalismo moderno encontra-se mergulhado em uma crise estrutural do capital e tenta se reorganizar a fim de retomar seu ciclo de acumulação. Isso repercute de forma deletéria nas condições de vida e organização da classe trabalhadora, desvelando um cenário político e econômico que tende acarretar o agravamento de questões sociais, além da regressão dos direitos trabalhistas (Mészáros, 2010).

Se por um lado essa conjuntura socioeconômica concorre para o esvaziamento do campo devido à modernização da agricultura, por outro lado abre espaço para fomentar a reforma agrária popular e trazer a lume uma proposta de organizar o trabalho no campo. De acordo as Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, com essa base social surge o MST propondo o trabalho coletivo em que “[...]

os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc. [...]” (Concrab, 1998, p. 26).

A partir dessa conjuntura, Melo, Andrade e Azem (2018) apontam que a questão econômica imbricada na acumulação de terras por poucos proprietários, mecanização da agricultura, incremento de insumos industriais favoreceram o esvaziamento do campo e o descarte dos trabalhadores rurais, que por sua vez passam a compor um contingente crescente de trabalhadores sazonais e migrantes que buscam ocupação, originando a figura do trabalhador sem-terra que luta pela sobrevivência, fomentando a criação do MST.

No entendimento do MST, além da proposta de desapropriação dos latifúndios improdutivos, faz-se necessária uma reorganização da produção agrícola, fundamentada em princípios agroecológicos. Isto porque considera-se que ela seja imprescindível para o estabelecimento de uma política ambiental e socialmente sustentável, capaz de prover a distribuição de riquezas, alimentos saudáveis, renda e principalmente, na recuperação e preservação do bioma nacional (D. Oliveira, 2018).

Dessa maneira, o MST participa da construção de um modo de vida e trabalho que se assemelha à agricultura camponesa ou familiar. Neste processo, os valores, hábitos e economia em relação à natureza apresentam de forma diferente a atividade agrícola comunitária com base no trabalho familiar, diversificação na produção para fins comerciais e consumo próprio (J. Santos, 2011).

A fim de identificar como esse trabalhador sem-terra sobrevive, lançamos mão do conceito de economia solidária, imbricado na organização do trabalho nos assentamentos de reforma agrária e de maneira mais objetiva no Projeto de Desenvolvimento

Sustentável (PDS). O modelo de assentamento classificado como PDS tem como requisito precípua “a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária”, conforme aponta o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2006, p. 20). Portanto, ele se enquadra no objetivo dessa pesquisa, justificando assim a opção pelo estudo do assentamento Osvaldo de Oliveira, que foi pioneiro no estado do Rio de Janeiro, como forma de organização e resistência das famílias camponesas do MST (Silva, Souza & Vieira, 2016).

A modalidade PDS, criada pela Portaria INCRA nº 477 (1999), pode ser um avanço para a reforma agrária. Segundo esta regulamentação, tal projeto, “[...] visa atender anseio dos governos, dos movimentos sociais e das populações sem-terra no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicional, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 7).

Em conformidade com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014a) o PDS Osvaldo de Oliveira foi criado em 15/04/2014 por uma Portaria da Superintendência Regional do INCRA/RJ, com área de 1.539,86 hectares e capacidade para abrigar 78 famílias. Este assentamento foi o primeiro assentamento do tipo PDS criado no estado do Rio de Janeiro, como forma de organização e resistência das famílias camponesas do MST (Silva et al., 2016).

Atualmente, 42 famílias estão assentadas no PDS, segundo dados da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), emitido em 27/06/2019 (INCRA, 2019b). Sendo o PDS um assentamento, seu conceito principal é a titulação coletiva da terra, fato que impossibilita sua comercialização, contrapondo-se à propriedade privada. Para além da produção de alimentos agroecológicos, conforme destaca A. Oliveira (2014, p.65), o PDS também é:

um projeto de vida: o desenvolvimento econômico, social e ambiental é considerado de forma a promover um conjunto de ações que tragam benefícios para toda a coletividade, tanto do campo quanto da cidade. A preocupação com a preservação do meio ambiente, com a produção de alimentos saudáveis (sem uso de agrotóxicos e demais insumos químicos) e com a socialização coletiva da terra — na contramão do seu uso privado [...].

Ressaltamos que a produção agroecológica gerada pelo PDS, em certa medida, fomenta o surgimento de novos mercados agroalimentares: os alimentos ali cultivados, além de atenderem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também são comercializados diretamente com o consumidor em feiras livres da região de Macaé/RJ, na feira estadual de reforma agrária Cícero Guedes, reunindo produtores de diversos assentamentos no Espaço Terra Crioula no centro da cidade do Rio de Janeiro. Além da rede de comercialização de produtos oriundos de assentamentos, o Armazém da Terra também é um espaço de socialização, divulgação cultural, culinária orgânica, diálogos e formação política.

Destacamos que esta forma de comercialização, na concepção de Thomé, Cappellesso, Ramos e Duarte (2021), se harmoniza com a noção de Circuito Curto de Comercialização (CCC) — sistemas agroalimentares alternativos em que se busca a proximidade do produtor-consumidor fortalecendo a agricultura local e regional — tendo sua origem: 1- a partir da mudança nos hábitos de consumo através da mercantilização dos alimentos decorrentes da crise enfrentada pelos modelos de produção convencionais em relação às questões de saúde; 2- a crescente preocupação do consumidor com ecologia, saúde e bem-estar animal; e 3- a origem e qualidade dos alimentos produzidos pelo modelo agrícola convencional.

Nestes circuitos, as configurações se concentram nos produtores e consumidores, construindo relações

mais próximas entre eles, e até mesmo relações de amizade. Destaca-se o foco em um ator específico, o agricultor familiar. Estes produtores adotam sistemas de produção orgânica, em que a agricultura orgânica é o foco de disseminação de formas alternativas de consumo. Além disso, oferecem o potencial de mudar os “modos industriais” de produção de alimentos e desenvolver cadeias de abastecimento que podem “encurtar” a longa cadeia de abastecimento de alimentos industrializados, complexa e racionalmente organizada (Thomé et al., 2021).

Schneider (2016) avalia que os agricultores familiares, pensando nas formas de escoamento da produção, na natureza das trocas e nos canais de comercialização, utilizam o CCC, que pode ser classificado como “mercado de proximidade”: de acordo com o autor, representam locais onde predominam as relações interpessoais, de confiança, interconhecimento e reciprocidade, ou seja, são mercados socialmente desenvolvidos com certa autonomia. Como exemplos, há as vendas na propriedade, as feiras locais, os grupos de consumo, entrega direta, beira de estrada, entre outros.

Os CCC, por sua vez, constituem mecanismos dos quais se vale a agricultura familiar para obter renda, priorizando o trabalho familiar. Destacamos, ainda, que estes circuitos são uma alternativa para comercializar os produtos, permitindo — além de diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor — reconectar produtores e consumidores, socializando e espacializando o alimento nas escalas local ou regional. Isso inclui a comercialização de alimentos via PNAE e as feiras livres, que inicialmente se mostram enquanto uma alternativa para a geração de renda e uma estratégia importante de desenvolvimento rural (Marsden, Banks & Bristow, 2000; Renting, Marsden & Banks, 2003, 2017).

O estudo é relevante, pois para além da perspectiva dos estudos organizacionais, consiste em

dar visibilidade aos trabalhadores rurais — pequenos agricultores que contribuem para melhorar *a saúde da população, na medida em que disponibilizam alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos* — por vezes ignorados pela sociedade e pela literatura em administração, mas que, no entanto, são extremamente importantes para cultura, sociedade e economia. Além disso, e talvez mais importante, seja discutir como esses sujeitos interagem e como organizam a atividade de trabalho a partir do conceito da economia solidária.

Desta forma, este estudo intenciona trazer a lume o conceito de economia solidária, a fim de analisar como ele coexiste no assentamento, e como o trabalhador rural estabelece a organização do trabalho coletivamente no seu dia a dia. Para tanto, após essa breve introdução, trataremos do referencial teórico que alicerça a pesquisa. Na sequência é explicitada a metodologia aplicada. Posteriormente, serão apresentados os resultados do estudo. E por fim, na última seção, tecemos as considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Retomando a questão da crise estrutural do capitalismo e as transformações de ordem social, econômica e política oriundas desse processo, observamos o surgimento de alternativas de trabalho coletivo a fim de gerar mão de obra e renda, por exemplo, através de empreendimentos de economia solidária (EES), conforme sugerem Macedo, Araújo e Araújo (2020) e Singer (1999), contextualizados neste referencial teórico. Assim, destacamos entre as alternativas possíveis a economia solidária, que, segundo Singer, tem sua origem na Inglaterra do século XIX, decorrente de uma crise social e econômica e que, pelos mesmos motivos, evidenciou-se no Brasil do século XX (A. Santos, 2018).

De acordo com Singer, a economia solidária pode: [...] se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar [...]. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular, todos ganham por igual (Singer, 2002, p. 9).

Para o mesmo autor (1999), a economia solidária tem como ideia combater o desemprego e propor novas formas de organização da produção, em que a base lógica fundante é oposta a que rege o mercado capitalista, praticando a solidariedade em substituição à competitividade. Ele também considera a economia solidária como uma opção ao modo de organizar a produção,

[...] cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...] (Singer, 2002, p. 10).

Consoante Macedo et al. (2020), a economia solidária é uma alternativa de geração de emprego e renda. Esse pensamento é compartilhado com Singer (1999), como visto acima, compreendendo um conjunto de condutas dispostas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças e consumo solidários, trocas e comércio justo. Os EES estão amparados em comércio justo, responsabilidade social, valorização da biodiversidade, e integram à sua estrutura organizacional o manejo sustentável dos recursos naturais, a gestão participativa, a consolidação de parcerias e a valorização das identidades e saberes locais.

Icaza e Tiriba definem economia solidária como sendo “o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais” (Icaza & Tiriba, 2003, p. 101).

Na concepção de Eid e Pimentel, por sua vez, os Empreendimentos de Economia Solidária são:

Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo (Eid & Pimentel, 2001, p. 5).

Além disso, no entendimento de Vazzoler (2004, p. 84) o modelo brasileiro de desenvolvimento político, caracterizado como econômico neoliberal, que prioriza o setor produtivo organizacional, contribuiu para a necessidade de se buscar alternativas para “inserção dos trabalhadores que estão fora da economia formal, resgate de suas condições mínimas de sobrevivência e construção da cidadania”. A economia solidária, nesse sentido é entendida como uma alternativa de criação de trabalho e renda alternativa à concepção neoliberal dominante.

Ainda segundo esta autora, o modelo de economia solidária possui características como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto sustentação, desenvolvimento humano e reponsabilidade social, além de defender que as experiências de economia solidária não são mais vistas com viés assistencialista, subsidiária e desagregadora, mas “como embriões de novas formas de produção, de organização, do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um enorme potencial de revigorar energias de setores

populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais [...]”. (Vazzoler, 2004, p. 20)

A fim de atender a realidade brasileira, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada a época ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a responsabilidade de incrementar a prática da economia solidária, além de acompanhar seu desenvolvimento (Faria, 2009).

Conforme o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) com os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil sobre Empreendimentos de Economia Solidária no ano de 2013, divulgado em 2016, havia 19.708 EES em atividade no Brasil e 1.423.631 associados.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Secretaria Nacional Economia Solidária, 2015) a economia solidária é:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. [...], na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; [...].

Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

1. Cooperação: ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

2. Autogestão: as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

3. Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

4. Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável. (s. p.)

Através da economia solidária presenciaram-se modos diferentes que vislumbram quebrar o ciclo de crescimento da pobreza e da exclusão social, causados pelos programas liberais globalizados (B. Oliveira, 2003).

No entanto, para Tiriba (2003) é preciso uma análise mais ampla sobre o assunto, uma vez que, no seu entendimento, nem toda economia solidária é popular, assim como nem toda economia popular é solidária. Segundo a autora, a experiência de ser realmente popular e ter um caráter solidário, para que seja confirmada, deve:

Analisar as práticas dos trabalhadores, compreendermos as motivações que os levam a enfrentar, associativamente, seus problemas de subsistência e de satisfação de suas necessidades básicas, e perguntar como organizam o trabalho, como distribuem as riquezas, como se dá o processo de participação e socialização do saber no cotidiano da produção, etc. (Tiriba, 2003, p. 224)

O interesse do MST no desenvolvimento de EES fica evidente nas palavras de Lisboa (2003), quando o autor observa que esses empreendimentos têm sua origem na luta política dos movimentos sociais e da auto-organização comunitária, como é o caso das cooperativas e dos assentamentos do MST que tem sido objeto de investigação de muitos pesquisadores e áreas de interesses acadêmicos diversificados (como por exemplo: pedagógico, comunicação, saúde, econômico, social e político, histórico, geográfico, administração e etc).

No ponto de vista de Bustamante et al. (2020), os EES são espaços de convivência social e solidária correlatos a produção de alimentos agroecológicos inseridos em uma lógica de mercado agroecológico que estimula o processo de economia solidária centrada na pessoa, no trabalho, na organização coletiva e na transformação das relações sociais entre atores e participantes. Para além de gerar renda através do trabalho autogestionário, possibilita o acesso a alimentos livres de substâncias nocivas ao corpo e ao meio ambiente, construindo elo entre o rural e o urbano, assim, minimizando a exclusão e marginalização do campesinato e viabilizando o escoamento do excedente colhido.

3. METODOLOGIA

O primeiro contato com a direção estadual do MST/RJ com as conversas iniciais para o desenvolvimento desta pesquisa aconteceu em maio de 2018 no local de comercialização de produtos de reforma agrária, conhecido como Espaço Terra Crioula, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Após a aprovação da direção do MST para a realização da pesquisa no PDS Osvaldo de Oliveira, no dia 08 de outubro de 2019, parti para o assentamento, onde permaneci convivendo dia e noite com aquela comunidade até o dia 23 de outubro de 2019.

Já no assentamento, formatei o conjunto de entrevistados que foi composto, em parte por indicação dos próprios coordenadores do local a partir da identificação dos membros com o propósito de existência do assentamento e em parte por mim, tendo em vista minha observação durante a primeira semana do período de quinze dias que estive no campo, quando foi possível estreitar minha relação com a comunidade e assim fazer minhas próprias escolhas. Inicialmente foram selecionadas 19 pessoas para serem entrevistadas, no entanto, este processo foi encerrado com 11 pessoas identificadas nesta pesquisa como E1, E2, E3...

E11, tendo em vista que as entrevistas começaram a ficar saturadas, ou seja, já não acrescentavam novos dados e, portanto, não se justificava a inclusão de novos entrevistados. Essas entrevistas resultaram em aproximadamente onze horas de gravação que foram transcritas em sua totalidade.

Destas onze entrevistas, oito foram realizadas na sede do assentamento, duas delas no próprio barraco dos entrevistados e a última foi realizada em uma sala do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDIPETRO/RJ) no centro da cidade do Rio de Janeiro, numa data posterior a minha estadia no assentamento.

A pesquisa é qualitativa descritiva, conforme proposto por Gil (2008, p. 28): “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno...”, com técnicas de investigação, como a observação participante, elaboração de diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A estratégia de investigação da pesquisa está baseada na observação participante que também permite a realização de entrevistas. Como fonte para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturada, que foram realizadas com coordenadores(as) do assentamento, assentados e assentadas.

A opção por esta abordagem metodológica deu-se à possibilidade de permitir compreender “experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais”, conforme apresentado por Strauss e Corbin (2008, p. 23).

Esse pensamento também é corroborado por Bardin (2016, p. 145), quando afirma que essa abordagem “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”.

De acordo com Felipe Fontana (2018, p.69), ao fazer uso dessa metodologia “de maneira geral,

observamos [...] a cultura de um dado povo, ou seja, de sua língua, raça, religião, hábitos e, somado a isso, das produções materiais decorrentes de suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais”.

Segundo Thiollent (2009) observação participante ou pesquisa participante, como o autor prefere denominar, é uma abordagem que tem um caráter participativo e possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos inseridos na situação investigada. Dessa maneira, a abordagem metodológica utilizada também permite a elaboração de diário de campo, para registro das observações do pesquisador no período de imersão no espaço pesquisado.

Como método de análise de dados, foi empregada a análise de conteúdo (AC) baseada em categorias temáticas “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 2016, p. 48).

Assim procurou-se seguir o desenvolvimento do método em conformidade com as três fases específicas, de acordo com Bardin (2016, pp. 127-132):

Fase 1- pré-análise: momento de organização do material, ou seja, tornar o material selecionado pronto para ser analisado;

Fase 2- exploração do material: fase destinada a codificação, decomposição ou enumeração de acordo com formulação de regras antecipadamente e

Fase 3- tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A composição de categorias analíticas tem por propósito dialogar com a estrutura da organização do trabalho no assentamento, analisando suas especificidades a partir da percepção dos assentados(as).

As categorias temáticas *a priori* elaboradas são as seguintes:

- I. Forma de organização;
- II. Forma de execução;
- III. Cooperação nas atividades de trabalho.

De forma geral, a pesquisa de campo teve seu início a partir dos primeiros contatos com a Direção Estadual de Produção e Saúde do MST/RJ, quando foi apresentado esse projeto de pesquisa.

Sua continuidade aconteceu no assentamento com as seguintes etapas:

a) Reunião com a comunidade do assentamento para apresentação oral dos objetivos da pesquisa de campo e o roteiro de entrevista semiestruturado a ser aplicado junto aos coordenadores(as);

b) Seleção de assentados(as) para realização de entrevistas;

c) Observação, por parte do pesquisador, da infraestrutura, das situações do dia-a-dia da organização do trabalho no assentamento relevantes para a pesquisa, através de diálogos informais com os membros do assentamento ao longo da jornada de trabalho, bem como fora do período de trabalho.

Afora os sujeitos inseridos no objeto de investigação serem demonizados e desassistidos pela sociedade, pela comunidade acadêmica e também pelo poder público, ainda assim, optamos por reproduzir literalmente suas falas nos fragmentos considerados na análise dos dados, respeitando totalmente a maneira de se expressar daquela população e evitando qualquer interferência no seu modo de comunicação.

4. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme apresentado na seção anterior e considerando as categorias propostas, partiremos para a análise e o tratamento dos dados. Segundo Bardin (2016, p.133), esta é a etapa de transformação dos “dados brutos” do texto que “permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das

características do texto”. Desta maneira, conectar os fragmentos às categorias.

As três categorias temáticas a priori estão relacionadas com o conceito da economia solidária e têm como propósito observar alguns aspectos na gestão do assentamento, como, por exemplo, “como é feita a tomada de decisões no assentamento”; “como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva”.

De acordo com a SENAES (2015, n. p.) “iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: de agricultura familiar tem como um de seus princípios, que as decisões em um empreendimento aconteçam de forma coletiva, todos podem opinar e não há individualismos”. Assim também definido por Bobbio, Matteucci e (1998) quando diz que se trata da socialização do poder, revestindo os trabalhadores com poder deliberativo nas decisões.

4.1. *Forma de Organizar*

O assentamento Osvaldo de Oliveira tem como configuração espacial a divisão em áreas individuais e áreas coletivas, sendo esta última de nosso interesse. O trabalho a ser realizado nas áreas coletivas é discutido em reuniões e assembleias, onde são tomadas as decisões quanto às tarefas que precisam ser realizadas, a formação das equipes de trabalho e a distribuição dessas tarefas entre as equipes, permitindo à comunidade o controle dos meios de produção e resultados exatamente por participarem das decisões, conforme descreve Vazzoler (2004).

Como visto na declaração a seguir, as decisões são tomadas de forma coletiva, sugerindo que tal modelo se assemelha a definição apresentada por Bobbio et al. (1998):

Geralmente acontece dessa forma né, a coordenação vai discutir a necessidade que a gente tem de produzir né, [...] e nas assembleias a gente propõe também as formas da gente trabalhar o solo, como é que a gente vai conseguir o maquinário, essas

coisas, e a gente leva as propostas pra reunião de núcleo e pra assembleia pra gente ir afinando e ai todo mundo tem o direito de opinar, colocar as suas questões e ai a gente vai tirando as equipes de trabalho [...]. (E1)

Embora exista a figura do coordenador e da coordenadora, esta é considerada apenas como uma tarefa, o que significa dizer que não há nela uma condição de liderança ou de tomador de decisão. No entendimento de Faria (2017), isso seria a negação da heterogestão e na cessação da autoridade estruturada na sociedade e nas organizações que é corroborado pela fala do entrevistado (E4) “Nós não temos liderança, liderança somos todos nós [...]”.

O assentamento não é somente um território, onde estão reunidas famílias de sem-terra, mas vai, além disso, transformando-se também em um espaço de socialização e democracia. Neste espaço as decisões, organização das tarefas e modo de executá-las são aprovadas pela comunidade:

O relato do entrevistado (E5) abaixo, corrobora o conceito de coletividade ao afirmar que as decisões são tomadas de forma coletiva de maneira a privilegiar o grupo e não o indivíduo.

Elas são definidas através das nossas assembleias né, que é o espaço democrático que nós temos dentro do nosso assentamento [...]. (E5)

Nestes fragmentos dos entrevistados (E9) e (E8), também é possível confirmar que a tomada de decisão é coletiva, conforme descrito por Lins (2013) ao afirmar que a autogestão é uma prática em que os próprios trabalhadores decidem o que fazer e que se encontra apoiado nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia:

Tudo na base da assembleia, de reuniões de núcleo entendeu, a gente conversa, senta todos conversa, coloca a demanda do que é pra fazer, o que tem pra fazer, tira sempre um grupo pra fazer tal tarefa, outro grupo pra outra tarefa [...]. (E9)

[...] é o coletivo funciona assim, faz no caso assembleia, aí na assembleia a gente conversa aquilo que a gente quer construir na área coletiva, entendeu, ela funciona dessa forma assim, aí fica todo mundo reunido ali e ali discute o.... pa tombá uma terra, pa prantá, pa limpá aí todo mundo junto ali [sic]. (E8)

De maneira geral, os assentados(as), ao serem questionados se sentiam como sujeitos diretamente envolvidos na organização do trabalho desenvolvido no assentamento, foram unânimes em afirmar que estão envolvidos com a organização do trabalho, pois as decisões são tomadas em reuniões e assembleias:

Podemos perceber nos extratos abaixo (E7) e (E3) que o ato de tomar decisões em assembleias é uma prática social apoiada na distribuição do poder, conforme Carvalho (2012).

É hoje na verdade, aqui como a gente é uma comunidade, então cada plantio que a gente faz aqui, é feito uma assembleia e depois ela é discutida o que nós vamos plantar, a maneira de plantar, tem até lua também as vezes, não as vezes é uma lua nova é bom pra plantar o que? Então tudo isso a gente discute em assembleia [...]. (E7)

Então, quando plantá e o que vai plantá é decidido na assembleia [sic]. (E3)

Embora as decisões sejam tomadas em assembleias, nem sempre toda a comunidade se faz presente e isso traz para o assentamento um problema na comunicação conforme justificado pelo entrevistado (E11) ao relatar que “[...] as vezes não é porque querem faltar, as vezes é por falta de comunicação”.

Atualmente, o assentamento tem contra si uma ação de despejo tramitando na justiça. Por conta desta situação, os trabalhadores organizaram uma forma de se manterem mais unidos, de resistirem e de se precaverem contra atos de depredação ambiental que possam incriminá-los.

Assim sendo, foi improvisado na entrada do assentamento o chamado “barracão da resistência”, onde são realizadas todas as manhãs as reuniões de

núcleo. Nessa estrutura construída provisoriamente com bambu, lonas, plásticos e folhagens, os integrantes de cada núcleo passam as noites, dormindo no chão forrado com esteiras e lonas.

No período em que estive no assentamento, dormi oito noites no barracão da resistência, três noites na sede do assentamento, três noites na casa de uma família assentada, além da primeira noite passada na casa da resistência em Córrego do Ouro.

As assembleias normalmente acontecem na sede do assentamento, porém estão sendo realizadas no barracão da resistência, tendo em vista a manutenção da mobilização da comunidade, uma vez que a sede está distante aproximadamente quatro quilômetros da entrada do assentamento.

Durante minha estadia no assentamento, o barracão da resistência foi o espaço onde passei praticamente todo o tempo. As refeições eram realizadas ali mesmo, feitas em fogão a lenha e com doações de toda a comunidade.

Em todo período que estive no assentamento, participei ativamente das tarefas diárias com os companheiros e companheiras e só não estive no barracão da resistência em dois dias, quando estive na casa de uma família assentada e não foi possível ir para o barracão por causa da chuva.

Como forma de envolver toda a comunidade na resistência, foi estabelecida uma escala de revezamento de maneira que os sete núcleos que compõem o assentamento ficassem responsáveis por manter a ocupação do barracão por um período de 24 horas de vigia. Tal escala será aplicada, pelo menos, até o fim do processo judicial.

Esta orientação tanto mantém a comunidade mobilizada quanto coíbe tentativas de invasão ao território pertencente ao assentamento Osvaldo de Oliveira, proporcionando uma aparente sensação de segurança.

Diante da narrativa apresentada pelos entrevistados, fica evidente a prática de tomada de

decisão de forma coletiva na qual todas as famílias têm direito de participar da condução do assentamento, como pressupõe o conceito de economia solidária, conforme a SENAES (2015).

Retomando a questão da ação de despejo em andamento mencionada acima, mesmo após meu retorno do campo, continuei em contato com o assentamento e tenho, na medida do possível, participado das ações que o envolvem. No dia 11/11/2019, também estive presente juntamente com os assentados(as) do Osvaldo de Oliveira, e de outros assentamentos do estado do Rio de Janeiro, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Esta audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos que é presidida pela deputada estadual Renata Souza e também contou com a presença da deputada federal Talíria Petrone, ambas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), além de representantes do Ministério Público Federal, INCRA, MST e Associação de Geógrafos Brasileiros. A pauta da discussão orbitou em torno dos conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro, da vulnerabilidade e a precarização da situação agrária que estão submetidas as famílias fluminenses assentadas.

Em contato recente com o assentamento, apurei que o barracão da resistência que ficava na entrada do Osvaldo de Oliveira foi desfeito, mas que a proposta de resistência continua acontecendo na sede do assentamento, mantendo-se a escala de turnos de ocupação pelos núcleos de base.

Ademais, para a ação judicial que previa que a desocupação da fazenda ocorresse em abril/2020, o MST apresentou recurso na instância estadual, garantindo um tempo maior de permanência dos assentados(as) no território, cabendo mais dois recursos em Brasília no Distrito Federal. A ação de despejo continua tramitando e no dia 10/05/2022 aconteceu audiência no TRF2, no entanto, ainda não houve um veredito.

4.2. Forma de Executar

Conforme Faria (2009), os EES autogestionários não se restringem a criar grupos de trabalho, mas a romper com as estruturas autoritárias. Nesse sentido, o assentamento procura envolver voluntariamente todos os assentados(as) nas atividades coletivas de produção.

Entretanto, podemos observar nos fragmentos a seguir a necessidade de um suporte essencial da educação, ou seja, é preciso um trabalho pedagógico, como afirmam Motta (1981) e Mandel (1977), a fim de levar ao indivíduo o conhecimento necessário dos benefícios proporcionados pelo trabalho coletivo.

Por isso, a cada coletivo de produção há uma variação no número de assentados(as) participantes na organização e na gestão da produção. O que não representa a orientação do assentamento, mas refere-se a um processo que vem sendo construído com as famílias:

[...] no trabalho assim, a gente tem uma boa participação assim dos assentados, tem muita flutuação assim do, em cada coletivo que a gente monta tem uma certa flutuação do número de famílias que tá, que tá envolvido naquele, naquele processo né [...] tem mais participação na execução do trabalho do que na organização e na gestão propriamente dito da produção ou da comercialização [...]. (E1)

Esta é uma postura que foi naturalizada por experiências adquiridas com o passar dos anos a partir de uma posição individualizada. O assentamento procura mudar esse pensamento trazido por alguns membros, como pode ser observado no fragmento da fala do entrevistado (E1):

Inclusive nós temos é no Movimento enquanto, enquanto princípio a direção coletiva né, então é pra nós né, na nossa atuação enquanto Movimento é importante a gente que seja o mais amplo possível a participação e a construção dos processos né, é o nosso maior desafio é hoje no.... do Movimento na.... na construção dos assentamentos dos acampamentos é a gente ampliar essa participação é das famílias né. (E1)

A dificuldade na conscientização da comunidade, para se alcançar uma relação de comprometimento com ações coletivas, também fica evidente no discurso do entrevistado (E3):

[...] assim, a gente vem de uma, de uma cultura onde as pessoas estão muito preocupadas com o seu desenvolvimento individual né, e aí quando você fala em desenvolver é, a comunidade parece estranho, parece que ele tá esquecendo do seu desenvolvimento individual não consegue ver o todo né[...]. (E3)

Em relação à terceirização, parte da população mais envelhecida e que vive só, acaba contratando pessoas da própria comunidade para ajudá-los em sua Unidade de Produção Agroecológica Familiar (UPAF), como mostra o seguinte relato:

Algumas famílias, principalmente a companherada que é mais velha, já idosa é quando tem, tem muito serviço contrata um companheiro ou uma companheira pra um dia de trabalho, mas isso é geralmente é alguém ali de dentro do assentamento mesmo, filho de assentado ali e aí vai trabalha na diária ali junto com a pessoa pra plantá ou pra capiná [sic]. (E1)

No entanto, na atividade que eles tratam como biscate, é possível observar certa contradição na fala de dois assentados: ao mesmo tempo em que um diz que é uma prática incomum (E3), para outro a prática é comum no assentamento (E2).

Não é um trabalho [...] é uma atividade esporádica [...] informal, não tem não, pouquíssimos talvez, muito pouco assim [...]. (E3)

[...] aqui dentro tem muita gente que tem um biscate né, porque tem necessidade né, têm pessoas que é doente, então o salário que tem que ganha, muitos vivem de bolsa família né e muita das veze num dá pa podê comprá o remédio e alimentação, se bem que a gente não paga luz nem água, mas mesmo assim fica puxado, então algumas pessoas sai pa podê fazer um biscate lá fora [sic]. (E2)

Quanto à jornada de trabalho, a necessidade da produção, o cuidado com o que já está plantado e as

condições climáticas são responsáveis por definir o tempo de trabalho diário. Geralmente, a carga horária corresponde a sete ou oito horas/dia, como podemos observar nos relatos destes dois entrevistados, (E1) e (E3):

É basicamente é a necessidade né, é se a gente tá com, com uma roça que a gente precisa capinar porque o mato já tá, já tá vindo e sufocando a produção e aí a gente tem que trabalhar o dia cheio vai da mais ou menos sete, oito horas de trabalho é no dia né, [...] a gente tem estabelecido já um horário de, de começar né, é então a gente começa todo mundo junto, aí vai trabalhando e aí a gente vai se consultando que horas a gente para pra, pra tomar o café aí todo mundo para, a gente vai toma o café retoma e aí a gente decide também que horas a gente vai para pra almoçar que horas a gente vai volta pro, pro trabalho e até que horas a gente vai, mas quando a gente trabalha o dia cheio é mais ou menos oito horas. (E1)

Né, é, é a gente distribui né o trabalho, né o trabalho a gente marca a hora de pegar, tipo sete hora da manhã, oito hora da manhã a gente marca pega ali no trabalho e vai até geralmente a gente vai quando tá normal a capina uma coisa assim não muito urgente a gente vai até meio dia, onze hora, meio dia hora do almoço, quando tem uma emergência o pessoal vai até o anoitecer, por exemplo, a colheita de feijão tá prometendo chuva o pessoal vai direto até cinco hora, seis horas, até a hora na verdade até a hora que a turma desejar. (E3)

De acordo com a fala desses dois membros da comunidade, as tarefas necessárias no coletivo são realizadas por todos, não existindo a ideia de fazer rotação ou rodizio dessas atividades entre os participantes do coletivo:

[...] É, nunca trabalhamos nessa parte... essa tese aí não. A tese igual, voltando no início, a tese é quem começa no coletivo primeiro, assim no início ele tem que ir até o fim. Então não tem essa de... de tá repartindo. Ele tem que i até o final [...]. (E6)

[...] todo mundo faz tudo até aqui entendeu [...]. (E11)

Sendo o assentamento dividido em áreas individuais e coletivas, é possível identificar que

não há participação de toda a comunidade nas ações pertinentes ao aproveitamento das áreas cultivo coletivas, pois ainda predomina o pensamento individualista, ou seja, privilegiar seu próprio espaço de cultivo. Destarte a coordenação do assentamento juntamente com o MST, existe a promoção de debates para conscientização do envolvimento das famílias nestes espaços.

4.3. *Cooperação nas Atividades de Trabalho*

Para esta categoria, nosso interesse foi investigar se há no território a existência de trabalho cooperado entre os integrantes da população do assentamento, de modo a configurar o conceito de economia solidária.

De acordo com Singer (1999), essa cooperação é intrínseca à economia solidária, e também se dá através de laços de solidariedade produzidos nas relações de sociabilidade entre os membros da comunidade, retratado como segue:

É o que a gente trabalha muito dentro do nosso projeto é a trocas de dias de trabalho né, por exemplo, eu fiz uma lavora dentro da minha área né, o trator foi lá preparou o solo e tal eu meti o ferro e prantei, só que veio muito mato eu não dei conta de limpar a lavora, mas o meu vizinho também fez o mesmo então eu junto com meu vizinho e troco um dia de serviço com ele, trabalho um dia na minha lavora e trabalho um dia na dele. (E5)

Em outro relato é possível identificar a existência de uma ação que é comum na comunidade e está conectada a economia solidária devido à solidariedade presente, ou seja, a preocupação com o outro conforme definido pela SENAES (2015) e que é possível confirmar no extrato da fala do entrevistado (E2):

[...] a gente tá pensando em fazer mutirão pa ajudar um ao outro, porque a gente tá indo pa nossas área de unidade, então tem muitos que tão com muita dificuldade de se locomover da onde tá pa área, né trabalhar a área [...] pa podê fazer seu barraco, então a gente tá pensando, já foi feito né, muito já foi feito

o meu mesmo foi feito um mutirão né, alguém fez um mutirão pa podê me ajudar a construir o meu barraco e eu também já participei de mutirão pa podê ajudar a construir os barraco, o único rodizio que a gente tem no momento é por aí [sic]. (E2)

Além disso, encontramos também indicações de que há cooperação na relação entre os indivíduos da comunidade, como descrito neste relato:

[...] desde quando eu cheguei aqui então a gente se programava, sentava e conversava, [...] porque logo quando a gente chego aqui a gente pegou uma parte de terra de 90x90, então a minha parte de terra 90x90 foi perto da do seu fulano então a gente combinou pra ele cavar e eu prantar, tanto pranta o meu e pranta o dele entendeu [...]. (E11)

No entanto, no entendimento de alguns assentados, o que as organizações caracterizam como terceirização do trabalho, eles consideram no assentamento como uma prática de troca de dias, ou seja, uma cooperação que pode acontecer nas UPAF's entre um e outro companheiro, como explicitado pelo entrevistado a seguir:

[...] um colega que um, aliás um assentado tá trocando um dia com outro [...] eu vou lá no lote de, de fulano e vou trabalho um dia com ele, ele vem cá no meu trabalhar um outro dia comigo, então isso aí é uma troca de trabalho [...]. (E7)

No ponto de vista de Singer (2002), a economia solidária também proporciona uma vida melhor ao envolvidos a partir do momento que se constrói bons relacionamentos e ajuda mútua, conforme podemos identificar no fragmento a seguir:

Sim, inclusive a gente estava até é construindo nessa forma, de que hoje a gente pudesse ir pro núcleo de um companheiro, amanhã seria uma vez por semana a gente tá indo faze um, um determinado trabalho no núcleo de um companheiro [...]. (E9)

Curiosamente observa-se nas falas dos entrevistados que a cooperação está enraizada na comunidade, conforme Singer (1999). Dizemos curiosamente, porque há, no nosso entendimento, certa

incoerência, pois a noção de cooperação nos espaços coletivos como visto na seção anterior não se manifesta. Em outras palavras, esta ideia se apresenta na relação de um indivíduo para outro, mas não no coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperando a proposição feita na introdução, de evidenciar o trabalho do agricultor e da agricultora no assentamento, esta pesquisa procurou investigar como se aplica o conceito de economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira do MST. Fica evidente que a comunidade se esforça para manter uma relação social e de trabalho coletivo, onde todas as vozes são ouvidas e todos têm os mesmos direitos e responsabilidades. Ainda que existam alguns membros que se colocam numa posição de individualidade, pouco ou nunca eles se envolvem com o trabalho coletivo, o que requer dos coordenadores uma ação de convencimento destes indivíduos.

Embora as decisões sejam tomadas de forma democrática, permitindo que a população do assentamento participe diretamente dessas decisões, foi possível encontrar alguns membros que consideram suas posições ignoradas nas assembleias. É importante observar que, para a comunidade, não existe a figura do líder, ou seja, o indivíduo que tem a prerrogativa de tomar decisões. Entretanto, as questões que tem relevância para a organização do assentamento são reportadas aos coordenadores de núcleo, que são fundamentais para consolidação de um modelo de organização social e de trabalho dentro do contexto de organização do assentamento.

No nosso entendimento e com base nos fundamentos dos processos administrativos que abarcam os conceitos de Planejar, Organizar, Liderar e Controlar é possível perceber que estes coordenadores, pelas responsabilidades assumidas, são sim líderes, mesmo que a comunidade não os

reconheça como tal, até mesmo em razão da ideologia do Movimento que é reproduzida no assentamento.

Esta “ausência” de líder é uma característica da autogestão, que é perfeitamente observado nas falas dos assentados(as), afirmando que as decisões são tomadas coletivamente. É importante ressaltar que a “ausência” do líder, dentro das características da organização do assentamento, não proporciona nenhum tipo de desordem ou ações arbitrárias por parte dos assentados(as). Além disso, qualquer assentado(a) pode ser indicado para assumir uma coordenação dentro do assentamento, uma vez que todos os integrantes da comunidade, recebem formação adequada para representar a comunidade, inclusive perante os órgãos públicos.

Ao analisar ações que configuram a existência da economia solidária, percebe-se em vários fragmentos que essa é uma prática que está enraizada na comunidade através da cooperação entre os ocupantes do assentamento, até mesmo, devido à idade avançada de muitos destes ocupantes e que na sua maioria moram sozinhos, necessitando do auxílio de outros trabalhadores. Ademais, a cooperação entre os moradores do assentamento também contribui para estreitar as relações sociais, manter laços de amizade e de solidariedade, além da manutenção de constante ajuda mútua entre os moradores.

Há também entre os assentados(as) algumas queixas de falhas na comunicação, ou seja, na circulação das informações, como por exemplo as decisões tomadas nas assembleias. No entanto, é compreensível, pois a queixa parte dos que não participam com frequência das assembleias e somada a falta de infraestrutura de telefonia no território, que dificulta sobremaneira a circulação da informação.

Esta investigação contribuiu para desvelar o discurso social democrata presente no espaço do assentamento, como sendo local de emancipação do trabalhador rural, além da sua constante peleja pela reivindicação de políticas públicas, que

verdadeiramente lhes deem garantias de fixação e manutenção do trabalhador no campo. No entanto, este mesmo trabalhador que anseia por um espaço para viver e trabalhar, que pensa uma forma de produzir alimentos livres de agrotóxicos, para além de sua própria necessidade e bem estar, preocupa-se também com a qualidade de vida de toda sociedade, ofertando seus produtos através dos CCC, mesmo sendo marginalizado, precarizado, desassistido e demonizado pelo poder público e em certa medida pela própria sociedade.

Diante do exposto, pode-se inferir que o trabalhador rural inserido no contexto de um assentamento ligado ao MST detém o controle sobre a organização do território, seja na forma de organizar o trabalho, na determinação do que produzir, na distribuição de renda obtida pela produção e na organização social. Entretanto, mesmo vivendo precariamente, com pouco ou nenhum suporte do poder público, os assentados mantêm-se firme no seu propósito de permanecer no campo, pela satisfação de viver da terra e produzir alimentos livres de agrotóxicos, se sentindo úteis à sociedade, como diz um slogan da comunidade: “se o campo não planta a cidade não janta”. Eles participam de um organismo em que seus ideais são valorizados e suas propostas são discutidas democraticamente, onde o coletivo prevalece em detrimento do individual.

Como sugestão para futuras pesquisas qualitativas com assentados de reforma agrária, apontamos a necessidade de investigação acerca do impacto que o trabalho e a convivência com situações de conflitos a que são submetidos possam provocar na saúde do trabalhador rural, os reflexos na economia local e na vida de cada agricultor. Considerando que alguns assentados(as) recebem o benefício do bolsa família, conforme relatado por um dos entrevistados, também pode-se explorar se tal benefício é capaz de sensibilizar a condição de vida de quem tem esse direito e como ele interfere na relação com os

que não o recebem. Afora isso, há necessidade de realizar estudos acerca da produção e distribuição dos alimentos que são gerados nos assentamentos, além de pesquisas com foco em políticas públicas voltada ao desenvolvimento de infraestrutura para eletrificação, saneamento básico, telecomunicação, serviços de saúde, rodovias e transporte público nos territórios de assentamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio concedido: Bolsa de Estudos de Mestrado.

Agradecimento à FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio financeiro, vinculado ao Processo nº E-26/201.442/2021. Apoio concedido: Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política*. Editora UNB.
- Bustamante, R. G., Roldán-Rueda, H. N., Mier y Terán, C. M., & Tovar, L. G. (2020). Experiências de economia solidária e consumo responsável em mercados agroecológicos no México: Aprendizagens e desafios. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 22(2), e1575. <https://doi.org/10.48142/2220201575>
- Carvalho, M. C. (2012). *Autogestão, economia solidária e cooperativismo: Uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1600>
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). (1998). Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de cooperação agrícola*.

- Eid, F., & Pimentel, A. E. B. (2001). Economia solidária: Desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. *Revista Travessia*, 39, 15–20. <https://revistatravessia.com.br/travessia/issue/view/81>
- Faria, J. H. de. (2009). *Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações*. Atlas.
- Faria, J. H. de. (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cad. EBAPE.BR*, 15(3), 629–650. <https://doi.org/10.1590/1679-395157778>
- Fontana, F. (2018). Técnicas de pesquisa. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis: FUNEPE, 59-77.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Icaza, A. M. S., & Tiriba, L. (2003). Economia popular. In A. D. Catanni (org.). *A outra economia*. (pp. 101–109). Veraz.
- Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). (2014). *Incra cria primeiro projeto de desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro*. <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-primeiro-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-no-rio-de-janeiro>.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2019a). *Criação e modalidades de assentamentos*. <http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>.
- Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). (2019b). *Relação de beneficiários da Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro*. <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/17146>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2016). *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília.
- Lins, L. T. (2013). *Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4825>
- Lisboa, A. de M. (2003). Economia solidária: Incubando uma outra sociedade. *Revista Proposta*, 97, 50–58.
- Macedo, J. M. M. de, Araújo, E. P. & Araújo, J. L. P. (2020). Propositura de balanço social direcionado à sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários (EES). *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 22(2), e1549. <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1549>
- Mandel, E. (1977). *Control obrero, consejos obreiros, autogestión*. Ciudad de México: Ediciones Era.
- Marsden, T. K., Banks, J., & Bristow, G. (2000). Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development, *Sociologia Ruralis*, 40(4), 424–438. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>
- Melo, W. dos S., Andrade, P. G., & Azem, P. L. (2018). A gênese social das políticas públicas territoriais brasileiras: as demandas dos movimentos dos sem-terra e seu processo de institucionalização. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 20(1), 49–58.
- Mészáros, I. (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista: Uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. Boitempo.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2006). *Projeto de desenvolvimento sustentável – PDS*. Brasília.
- Motta, F. C. P. (1981). *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. Brasiliense.
- Oliveira, A. A. de. (2014). *Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST): Processos de resistência do campesinato*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9NYL4R>
- Oliveira, B. A. M. de. (2003). Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. *Revista Proposta*, (97), 59–69.
- Oliveira, D. M. da S. C. de. (2018). *O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé - RJ*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense]. Biblioteca de Teses e Dissertações. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7196107
- Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999 (1999). Trata da criação de projeto de desenvolvimento sustentável. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p477_041199.pdf.
- Renting, H., Marsden, T. K., & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 35(3), 393–411.
- Renting, H., Marsden, T. K., & Banks, J. (2017). Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In M. Gazolla & S. Schneider (Org.), *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar* (pp. 27–52). UFRGS.

- Santos, A. M. dos. (2018). Paul Singer: uma vida por outra economia. In A. M. dos Santos, M. C. Nascimento (Org.), *Paul Singer: democracia, economia e autogestão*. (pp. 17–82). Lutas Anticapital.
- Santos, J. C. B. dos. (2011). *O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Osvaldo Cruz]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24222>
- Schneider, S. (2016). Mercados e Agricultura Familiar. In F. C. Marques, M. A. Conterato & S. Schneider (Org.), *Construção de mercados e agricultura familiar: Desafios para o desenvolvimento rural*, (pp. 93–136). UFRGS.
- Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES). (2015). Economia solidária. <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>.
- Silva, N. R., Souza, N., & Vieira, F. M. (2016). Rompendo cercas, produzindo saberes: a construção contra hegemônica da Reforma Agrária Popular - análise a partir do estudo de caso do assentamento agroecológico PDS “Osvaldo de Oliveira” no Rio de Janeiro. GT 03. *Ruralidades e Meio Ambiente*. Rede de Estudos Rurais.
- Singer, P. (1999). *Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. Contexto.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.
- Thiollent, M. (2009). *Pesquisa-ação nas organizações*. Atlas.
- Tiriba, L. (2003). A economia popular solidária no Rio de Janeiro: Tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho (2ª ed.). In P. Singer & A. R. Souza (Orgs.), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. (pp. 221–243) Contexto.
- Thomé, K. M., Cappelleso, G., Ramos, E. L., A. & Duarte, S. C. de L. (2020). Food supply chains and short food supply chains: Coexistence conceptual framework. *Journal of Cleaner Production*, 278. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123207>
- Vazzoler, M. R. (2004). *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Biblioteca de teses e dissertações. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3341>